

## O CONFLITO APARENTE ACERCA DA RECIPROCIDADE DAS VIRTUDES ARISTOTÉLICAS

**HUPPES, Daniel<sup>1</sup>;**  
**HOBUSS, João<sup>2</sup>**

<sup>1</sup> Universidade Federal de Pelotas – daniel.huppes@hotmail.com

<sup>2</sup> Universidade Federal de Pelotas – joao.hobuss@ufpel.edu.br

### 1. INTRODUÇÃO

Aristóteles empenhou-se em desenvolver uma obra cujo intuito fundamental era a transformação do caráter humano. O resultado desta árdua tarefa é sua *Ética a Nicômaco*, a qual envolve de forma brilhantemente minuciosa o âmbito da virtude moral; mas não com a pretensão de simplesmente estipular o que é a virtude. Ao invés disto, a *Ética a Nicômaco* poderia ser considerada como uma espécie de “guia” acerca de como o homem deve portar-se diante das circunstâncias, o que significa que ela foca-se diretamente para o âmbito prático humano. A *Ética aristotélica* é considerada “um dos textos mais fundamentais do pensamento ocidental, constituindo-se na origem da filosofia moral, da teoria política, da ciência comportamental e da economia, além de ainda influenciar na literatura e na cultura em geral” (PAKALUK, 2005). Sendo assim, toda tentativa de compreensão do pensamento aristotélico possui singular relevância porque pode acarretar num melhor nível de relacionamento interpessoal.

Das várias considerações de singular importância que constituem a *Ética a Nicômaco*, a definição de virtude moral merece destaque. Sendo assim, a virtude moral é definida como “uma disposição de escolher por deliberação, consistindo em uma mediedade relativa a nós, disposição delimitada pela razão, isto é, como a delimitaria o prudente” (ARISTÓTELES, 1973). Como é perceptível a partir desta definição, a virtude moral envolve escolha deliberada; esta, por sua vez, envolve a virtude intelectual da prudência.

A intenção primordial do presente trabalho resume-se na investigação acerca da relação que há entre prudência e virtude moral no pensamento de Aristóteles. Tal problemática surge no final do capítulo 13 do Livro VI, especificamente na passagem em que Aristóteles afirma: “com a presença de uma só qualidade, a prudência, serão dadas [ao indivíduo] todas as virtudes” (ARISTÓTELES, 1973). Postular que um indivíduo é prudente significa que ele possui todas as virtudes morais ou apenas algumas virtudes morais? Alguma luz pode ser lançada sobre essa nebulosa questão ao analisarmos as considerações provenientes do debate entre Irwin e Kraut acerca da desunião das virtudes.

### 2. MATERIAL E MÉTODOS

Devido ao fato do presente trabalho ser essencialmente de cunho teórico, a pesquisa desenvolveu-se a partir de pesquisa bibliográfica. Num primeiro momento empenhou-se na leitura, exegese e fichamento do texto-base de Aristóteles, a obra *Ética a Nicômaco*, bem como a obra traduzida e comentada de Marco Zingano intitulada *Tratado da Virtude Moral; Ethica Nicomachea I 13 – III 8*. Num segundo momento foi-se em busca de literatura secundária a fim de obter alguma elucidação acerca dos problemas e lacunas do texto original. Para tal, o

mesmo procedimento – leitura, exegese e fichamento – fora feito com artigos de Irwin, “Disunity in the Aristotelian virtues”, e Kraut, “Comments on ‘Disunity in the Aristotelian virtues’ by T. H. Irwin”.

### 3. RESULTADOS E DISCUSSÕES

Em seu artigo “Disunity in the Aristotelian Virtues”, Irwin postula algumas considerações que dizem respeito a um conflito aparente na teoria aristotélica das virtudes. De acordo com ele, a crença de Aristóteles na reciprocidade das virtudes – a ideia de que se um indivíduo possui uma virtude de caráter, então ele possui todas as demais – entra em conflito com algumas considerações sobre determinadas virtudes de caráter. Nos capítulos 1-2 e 3-4 do Livro IV, por exemplo, Aristóteles expõe suas considerações acerca da riqueza e da honra, respectivamente, postulando que haveria uma virtude concernente à riqueza e outra virtude envolvendo muita riqueza, bem como uma virtude a respeito da honra e outra acerca de muita honra. Dessa maneira, para demonstrar que a tese da reciprocidade das virtudes possui contradições, Irwin postula que as virtudes deveriam ser separadas em virtudes de pequena escala e virtudes de grande escala.

De acordo com a interpretação de Irwin, faz-se necessário a Aristóteles, por exemplo, distinguir as virtudes em pequena e grande escala quando a virtude da magnificência é comparada com a generosidade. Ele destaca que “a magnificência é suficiente para a generosidade, mas o contrário não é verdadeiro porque ao indivíduo que é simplesmente generoso pode faltar muitos recursos que são uma pré-condição para a magnificência” (IRWIN, 1988). A virtude da magnificência exige a disponibilidade de muitos recursos externos para que o bem público possa ser efetivado. O indivíduo que é magnífico – e merecedor de grande honra – labora tendo em vista o bem público mesmo, isto é, ele não busca efetivar tais serviços públicos pensando em quais benefícios tal feito acarretaria para ele próprio. Com isso, o indivíduo simplesmente generoso não é capaz de agir de maneira semelhante ao magnífico porque ele “não teve oportunidade para empreender projetos em grande escala para o bem público” (IRWIN, 1988), o que o torna incapaz de perceber o que realmente tal bem público exige. Para que o generoso possa se tornar magnífico faz-se necessário uma espécie de autotreinamento para adquirir o conhecimento apropriado e, então, agir de maneira correta frente às circunstâncias mais adversas. Irwin complementa afirmando que a partir do momento em que um indivíduo generoso torna-se capaz de engendrar ações caracteristicamente magníficas, tal indivíduo adquiriu uma nova virtude.

Em contrapartida a essa compreensão de Irwin acerca do pensamento aristotélico temos as considerações de Kraut, o qual não está plenamente convencido a respeito do suposto conflito aparente entre as virtudes de caráter. Kraut questiona se haveria algum indício em Aristóteles mesmo que o faça considerar a magnificência e a generosidade como virtudes distintas. E como resposta ele postula que “isto depende de como Aristóteles individualiza as virtudes, e não está claro que sabemos muito sobre isto ou que há em qualquer caso uma maneira evidente de fazer esta distinção” (KRAUT, 1988).

Na tentativa de elucidar melhor o que está envolvido nesta problemática acerca da magnificência e da generosidade como sendo dois estados psicologicamente distintos, Kraut faz uso de uma analogia com dois arqueiros: um deles possui a habilidade de acertar alvos muito pequenos em grandes distâncias,

o outro é capaz de acertar alvos maiores somente a distâncias menores. Não há dúvida quanto ao fato de que, se o arqueiro menos habilidoso quiser se igualar ao mais habilidoso, ele necessitará de mais treinamento; contudo, Kraut pergunta se deveríamos falar que tais arqueiros possuem diferentes habilidades ou que eles possuem diferentes somas da mesma habilidade? Perguntar se a magnificência e a generosidade são uma ou duas virtudes é análogo ao caso dos dois arqueiros e, conforme Kraut, a diferença é apenas verbal, pois “podemos dizer que a pessoa generosa e a magnificente possuem a mesma virtude – eles sabem como atingir o meio termo quando se trata de dinheiro – ou que eles possuem diferentes virtudes, uma vez que um sabe como gastar grandes somas e o outro não” (KRAUT, 1988). De acordo com a interpretação de Kraut, não haveria uma maneira evidente para decidir qual das leituras deve ser adotada; no entanto, ele sugere que se deveria escolher a que não contradiz a tese da reciprocidade das virtudes, uma vez que Aristóteles peremptoriamente a defende em outras passagens.

O que se obtém da interpretação de Irwin é que a magnificência e a generosidade são virtudes distintas e, de acordo com ela, ao prudente faz-se necessário os recursos externos para ser magnificente. Mas ocorre que tais recursos externos podem ser alheios à vontade de um indivíduo. Em contrapartida, estaria correto postular que um indivíduo generoso, mas que é covarde, é detentor da prudência? De acordo com o pensamento de Aristóteles, tal resposta deve ser negativa. A virtude moral é importante porque ela diz respeito à correção dos fins; já a prudência possui singular relevância porque ela se volta aos meios que possibilitam atingir determinado fim, isto é, é a “habilidade de encontrar mediante deliberação a solução certa para a ação presente cujo fim é bom, de lograr o justo meio no interior das circunstâncias nas quais a ação se produz” (ZINGANO, 2008). O indivíduo que possui a prudência é capaz de deliberar acerca de quais meios são mais eficazes para que se possa atingir determinado fim. O que diferencia o prudente – aclamado por Aristóteles como o virtuoso pleno – dos demais indivíduos é que ele é detentor de muita experiência e possui também uma percepção mais aguçada acerca do que é moralmente correto. Se ele possui a virtude intelectual da prudência, então pode-se afirmar que ele possui as demais virtudes de caráter. Mas isto não incluiria a magnificência porque esta virtude envolve condições que são alheias ao indivíduo, ou seja, para que um indivíduo possa ser considerado magnificente ele necessita de recursos externos que são independentes de sua vontade.

#### **4. CONCLUSÕES**

A presente pesquisa – a qual encontra-se ainda em fase inicial, com análise e coleta de literatura secundária – acerca da relação que há entre prudência e virtude moral é de singular relevância para que se possa compreender o pensamento de Aristóteles. As dificuldades provenientes das diferentes interpretações dos estudiosos têm servido para demonstrar que a questão não está definida e ainda possui importância. Sendo assim, nenhum esforço em busca de uma melhor elucidação é em vão porque o âmbito das ações humanas, isto é, a maneira como os indivíduos devem se comportar, é constantemente tema de inúmeros debates.

## 5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARISTÓTELES. **Ética a Nicômaco**. São Paulo: Abril, 1973.

IRWIN, T. H. Disunity in the Aristotelian virtues. **Oxford Studies in Ancient Philosophy Supplementary Volume**, p. 61-78, 1988.

KRAUT, R. Comments on “Disunity in the Aristotelian virtues”, by T. H. Irwin. **Oxford Studies in Ancient Philosophy Supplementary Volume**, p. 79-86, 1988.

PAKALUK, M. **Aristotle’s Nicomachean Ethics, an introduction**. Cambridge University Press, 2005.

ZINGANO, M. **Aristóteles: tratado da virtude moral; Ethica Nicomachea I 13 – III 8**. São Paulo: Odysseus Editora, 2008.